

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
10 de março de 2014

Ao décimo dia do mês de março de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quadragésima Oitava Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de Diadema e Vice-Presidente do Consórcio, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; o Vice Prefeito de São Bernardo do Campo, FRANK AGUIAR; o Prefeito de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; o Prefeito de Mauá, Senhor DONISETTE BRAGA; o Prefeito de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES, e o Prefeito de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. INÍCIO – O Vice Presidente Lauro Michels Sobrinho iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e informando que a pauta se inicia com a apresentação do IPT sobre os Planos Municipais de Redução de Riscos. Na sequência, o Secretário Executivo destaca que essa apresentação formaliza a entrega do projeto contratado ao IPT para completar o mapeamento das áreas de risco das cidades que ainda não haviam feito a referida atualização. Diz que com base nesse trabalho também foi feito o levantamento para a remoção emergencial em áreas de risco alto e muito alto, apresentado e aprovado em novembro de 2013; informa ainda que após a apresentação os técnicos estarão disponíveis para possíveis dúvidas dos Prefeitos. Outra questão relevante é que a partir disso será possível atualizar os mapas de riscos do Consorcio junto ao CEMADEN, o Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do governo federal, situado em Cachoeira Paulista. O Secretário Executivo passa a palavra ao Sr. Fabricio, geólogo da equipe do IPT, para a apresentação em powerpoint. O Sr. Fabrício informa que nas três cidades que não tinham o PMRR foram realizados mapeamentos em áreas com encostas íngremes (com riscos de escorregamentos, deslizamentos, desbarrancamentos) e margens de córregos (com riscos de solapamento de margens, erosão de margens) e terrenos instáveis. O estudo foi dividido em etapas e iniciou a partir de uma reunião com cada prefeitura, que indicou as áreas mais vulneráveis; na sequência foi realizado o mapeamento das áreas, a identificação dos riscos, a delimitação dos setores e dos respectivos graus de risco, a proposição e estimativa de custos para intervenção nos setores de R4 (Muito Alto) e R3 (Alto Risco) e a priorização das áreas, destacando as moradias em áreas de muito alto risco, na sequência em alto risco. A metodologia usada foi desenvolvida pelo IPT em 2004, reconhecida pelo Ministério das Cidades e a mesma utilizada em todo Brasil. As áreas são classificadas em quatro níveis sendo: R1 – BAIXO, R2 – MÉDIO, R3 – ALTO e R4 – MUITO ALTO. Os produtos do PMRR entregues para as Prefeituras são: mapeamento das áreas de risco com identificação e setorização segundo seu grau de risco, e na sequência é montado um banco de dados em ACCESS, ligado ao Sistema de Informações Geográficas (SIG) das áreas. Além disso,

foi realizada e entregue a Concepção de intervenções estruturais para os setores classificados com Alto (R3) e Muito Alto (R4) risco, bem como a Estimativa de custo para os setores classificados com Alto (R3) e Muito Alto (R4) risco, a Priorização das intervenções, e o Levantamento de fontes potenciais de recursos para implementação das intervenções. Também foi realizado o Curso de treinamento e capacitação para o corpo técnico das prefeituras envolvidas. Sobre os levantamentos realizados na região, faz uma breve apresentação informando que em Rio Grande da Serra foram identificadas 16 áreas de risco depois mapeadas, em Ribeirão Pires foram identificadas 43 áreas de risco, e em Santo André foram identificadas 32 áreas de risco. O mapeamento é dividido em setores, contemplando: diagnostico do setor, grau de probabilidade de dado evento, e numero de moradias. Em relação aos procedimentos de intervenção recomendado, o conjunto de alternativas consiste em: Serviços de limpeza e recuperação; Obras de drenagem superficial; Proteção superficial; Desmonte de blocos e matacões; Obras de drenagem de subsuperfície; Estruturas de contenção localizadas ou lineares; Obras de terraplenagem de médio a grande portes; Estruturas de contenção de médio a grande portes. Quanto à estimativa de custos, Sr. Fabricio apresenta uma planilha, a mesma entregue às Prefeituras, contendo os valores de intervenção para as áreas de risco muito alto e alto. Na priorização das intervenções, também é apresentado um valor por moradia, priorizando o risco 4 e depois o risco 3. Destaca que o levantamento de fontes potenciais de recurso para implementação das intervenções leva ao âmbito Federal e Estadual, além da importância do curso de treinamento e capacitação para o corpo técnico da prefeitura, já que após a sua realização estão aptos para atualizar os seus próprios dados mensalmente, descartando a contratação de uma empresa para atualização dos dados. Na sequencia apresenta o custo estimado total para remoção e medidas estruturais para mitigação do risco nos setores R3 e R4: Rio Grande da Serra R\$ 23,5 milhoes; Ribeirão Pires R\$ 38,2 milhoes e Santo André R\$ 68,8 milhoes. Informa que em São Caetano do Sul foi realizado um trabalho relacionados às inundações. Informa que para cada um dos últimos eventos dos 10 anos, e foi também montado um mapa que indica a quantidade de chuvas em cada região, observando os grandes eventos. Com o auxílio da Defesa Civil foi feito uma mapa geral do atingimento em cada região e após foi feito um diagnostico para cada um dos piscinões. Ao todo são 22 piscinões, sendo que foi realizada uma visita em cada um avaliando alguns dados. Na sequencia apresenta a foto dos piscinões visitados lembrando que os dados estão disponíveis nos relatórios já entregues. A Técnica de Programas e Projetos do Consórcio, Sra. Sandra Malvese, complementa informando que esse material já foi entregue a todos os técnicos das prefeituras no final de dezembro de 2013. O Secretário Executivo lembra que o projeto foi contratado junto ao IPT em 2012 para os quatro municípios que não tinham os mapas atualizados. O Prefeito Lauro Michels questiona qual será o próximo passo. O Secretário Executivo informa que esse assunto foi discutido com os assessores regionais na última sexta e foi definido que haveria uma pessoa de cada município para acompanhar a apresentação do balanço durante a Assembleia. Diz que esse material foi a base da documentação já entregue ao Subsecretário Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, Sr. Edmur Mesquita, sendo referencia para o diálogo com o Governo do Estado no que se refere às remoções preventivas de uma

parcela das moradias em alto risco, aquelas consideradas de risco iminente. Informa que teve uma conversa telefônica com o Subsecretário Edmur Mesquita, e o Governo Estadual ainda não tem uma posição sobre o repasse dos recursos para o auxílio aluguel das 630 moradias, mas o Consorcio continua solicitando essa posição. Solicita que os municípios continuem com as notificações e remoções, e informa que foram notificadas até o momento 544 famílias e 139 já foram removidas e já estão recebendo o auxílio aluguel, porém há situações diversas entre os municípios. Pede que os assessores e técnicos presentes façam um breve relato das situações dos respectivos municípios. Com a palavra, o Sr. Carlos Lima, assessor regional de Ribeirão Pires, inicia sua fala informando que uma das dificuldades está na lei federal que prevê unidades de abrigamento provisórias, mas que o município não possui essa política, por isso ainda está providenciando essa base de abrigamento para então notificar, remover as famílias, demolir e recompor a área. Diz que a maior preocupação do município é com relação às áreas particulares que precisam ser removidas, pois são áreas com imóveis de alto padrão e que estão comprometidas, e por isso há dificuldade para remover essas famílias. Diante disso, o município está encaminhando uma nova análise, pedindo a participação do Ministério Público e do Jurídico, para verificar como será feita a remoção em áreas particulares. Com relação aos alugueis destaca a importância da formalização do Governo do Estado se responsabilizar com o custeio de 50% do auxílio necessário.

A assessora regional de Mauá, Sra. Ruzibel Sena, concede a palavra à representante da Defesa Civil do município, que está realizando remoções desde dezembro, com as áreas apontadas pelo IPT como prioritárias. Essas áreas estão sofrendo notificação e intervenção, mas existe a situação de áreas como Pajuçara e Canaã, que são menores, onde as equipes tem dificuldade para entrar, por conta da violência mais acentuada. Foi feita a notificação em 100% das moradias mapeadas com extremo risco e partir disso os técnicos tem feito as visitas e buscado o convencimento das famílias. O município de Mauá assumiu as duas primeiras parcelas e está no terceiro mês de pagamento, em torno de 60 famílias já estão recebendo o auxílio moradia. O município conta também com a ajuda dos assistentes sociais e de outras secretarias, para fazer um trabalho mais integral e humanizado e não somente a mera remoção, mas destaca que esse trabalho depende muito da confiança entre a comunidade e a Prefeitura. Para o relato sobre Diadema a palavra é dada ao Sr. Paulo Barbosa, da Secretaria de Habitação, que relata serem 37 moradias que precisam ser removidas, sendo que todas foram notificadas e 13 já estão recendo o auxílio moradia desde dezembro, com as moradias já demolidas. Todas as áreas muito críticas têm projetos de urbanização e obras de contenção. Informa que na próxima semana a Defesa Civil local vai retomar o trabalho de remoção das famílias, destacando muita resistência das famílias para deixar as residências. No caso de Santo André a informação fica a cargo do Sr. Carlos Miaciro, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que informa que o município recebeu em janeiro a conclusão do seu PMRR, que foi a base de estruturação de todo o trabalho. Porém a situação é diferente dos demais municípios, pois no total são 322 remoções a serem feitas, e só no Jardim Irene são 202. Nessa área existem projetos de urbanização há alguns anos, com financiamento do governo federal, mas ocorre que é uma área complexa e acidentada, por isso há algum tempo estão trabalhando, com muita resistência das

famílias para deixarem suas moradias. Informa que a Prefeitura de Santo André tem feito um trabalho integrado por várias secretarias e realizando um acompanhamento das remoções. Já foram feitas duas reuniões na área, para liberar a entrada dos técnicos. Existe um avanço, mas com dificuldades. Todas as famílias foram notificadas; a Secretaria de Inclusão Social já abriu plantão para as famílias notificadas procurarem o departamento e realizar o cadastro para checagem dessas famílias e o pagamento do auxílio. Destaca por fim a importância dos municípios avançarem na parceria com o Governo Estadual. O Prefeito Lauro Michels determina que o Consórcio envie um ofício ao Governador Alckmin, buscando uma resposta formal sobre a parceria para as remoções preventivas. O Secretário Executivo responde que o Prefeito Luiz Marinho deve entrar em contato com o Governador, e que o Consórcio vai enviar o ofício proposto. Informa também que há cerca de duas semanas foi entregue ao Subsecretário Edmur Mesquita um pacote com o balanço das remoções nas 6 cidades afetadas, e brevemente será enviado um segundo relatório atualizado. O Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, fala da importância dos técnicos municipais enviarem mensalmente ao Consórcio os relatórios atualizados. O Sr. Carlos Miaciro, da Prefeitura de Santo André, retoma a palavra informando que nesse município a mudança das famílias é organizada por uma empresa contratada para esse suporte, e após a mudança é feita a demolição com uma equipe especializada. A demolição é realizada no mesmo dia da mudança, mas existe uma morosidade no processo de mudança, pois as famílias têm dificuldades em encontrar nova moradia, e a Prefeitura está buscando acelerar esse processo. A Sra. Marina Fukumoto, da Secretaria de Habitação de São Bernardo do Campo, informa que do conjunto de 54 remoções apresentadas ao Governo do Estado todas já foram demolidas e as famílias já estão recebendo o auxílio aluguel; foram acrescentadas outras 9 remoções necessárias e restam apenas duas moradias para ser concluído o processo.

Encaminhamento: aprovado o envio de ofício ao Governador Alckmin, e reiterada a necessidade de atualização das informações sobre as remoções em curso, para a próxima reunião do Grupo Temático Gestão de Riscos.

Apresentação do sistema de informação sobre projetos federais – PPA Mais Brasil. O Secretário Executivo registra que o Consórcio participou do Seminário denominado PPA's Territoriais Participativos, organizado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com a Secretaria Geral e Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a Frente Nacional de Prefeitos, a Caixa Econômica Federal e o CONSEPLAN em Brasília, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, a fim de fortalecer o pacto federativo mediante a articulação dos Planos Plurianuais Territoriais Participativos regionais, os PPA's estaduais e o PPA federal. Informa que será entregue aos Prefeitos um caderno e um CD (na pasta) referente ao seminário. Nesse evento foi definida uma carta dos municípios articulados em consórcios com três pleitos de relevância para os consórcios públicos do Brasil. O primeiro pleito solicita a necessidade de revogação dos §§ 1º e 2º do artigo 39 do decreto nº. 6.017/2007. O segundo solicita a elaboração de estudos e propostas, em conjunto com as entidades de prefeitos e prefeitas do Brasil, para a formulação de norma que autorize a contratação de operações de crédito por consórcios

públicos. E o terceiro solicita a reformulação da pergunta sobre cooperação federativa da pesquisa MUNIC do IBGE para o devido mapeamento dos consórcios públicos do Brasil. Com a palavra, a técnica de Programas e Projetos, Srta. Livia Rosseto, apresenta a plataforma virtual "PPA Mais Brasil", um aplicativo que permite acesso mais dinâmico aos dados do PPA Federal. A plataforma é segmentada em 4 temas com os respectivos programas, objetivos e metas, além do acesso ao estado da arte desses programas e os recursos disponíveis. A página está disponível na web e não precisa de senha. A ideia é centralizar todos os programas federais disponibilizando o acesso a todos os municípios, e o Consórcio deverá também solicitar a presença de representantes do Ministério do Planejamento para divulgar oficialmente a plataforma na região.

Na sequência a pauta, é feita a apresentação do Projeto ViaMar pela Prefeitura de Ribeirão Pires. O Secretário Executivo informa que essa apresentação é uma recomendação do Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Sr. Rafael Marques, para o devido conhecimento dos Senhores Prefeitos. Com a palavra, o Sr. Carlos Lima, assessor regional de Ribeirão Pires, apresenta um vídeo do projeto "ViaMar - Complexo Multimodal", que planeja a construção de uma rodovia de conexão do trecho Leste do Rodoanel com o Porto de Santos e o litoral Norte. A ideia é que a obra garanta mais desenvolvimento para a região, com a possibilidade de novas indústrias e a geração de empregos. O projeto, que ainda está em fase inicial, também visa o maior acesso e escoamento de produtos até o Porto de Santos. Ao todo, seriam construídos 36 km de rodovia e o trajeto partiria de uma ligação entre um dos anéis viários do Estado em Suzano, e a Rodovia Índio-Tibiriçá.

Com a palavra, o Secretário Executivo inicia os informes finais. Informa sobre os próximos encaminhamentos do PAC Mobilidade, lembrando que na Assembleia de fevereiro foi informado que as cartas consultas seriam encaminhadas ao governo federal; elas já retornaram com pedidos de correções e agora serão enviadas novamente. Diz que os valores não foram publicados no decreto para que facilite aos municípios optarem pelo uso do Regime Diferenciado de Contratação. Em paralelo iniciou-se também o trabalho com a Caixa Econômica Federal, e foi realizada uma primeira reunião técnica de avaliação dos projetos encaminhados por Rio Grande da Serra e da mesma forma será feito com os demais municípios. O Prefeito Saulo Benevides informa que aconteceu a reunião técnica entre a Prefeitura de Ribeirão Pires e o governo federal e ficou acertado que até 14 de abril será feita a publicação já com os ajustes. Com a palavra, a técnica Sandra Malvese lembra que a Vetec está desenvolvendo projetos de Santo André, Diadema e Mauá, e fala da importância de priorizar a conclusão desses projetos, que estão ligados com a primeira fase do PAC. O diretor de Programas e Projetos, Hamilton Lacerda, diz que em Santo André existe uma sugestão de projeto de contenção na avenida Lauro Gomes, e vai ser avaliado se existe possibilidade de aditamento. Em São Caetano do Sul poderia também estudar-se a viabilidade de antecipar algum projeto no referido e eventual aditamento. A Vetec também está questionando se haverá ou não um padrão dos pontos de ônibus nos corredores, com as alternativas de padronizar com identidade regional ou manter cada padrão municipal. Ficou definido que a Vetec apresentará uma proposta de identidade regional para a definição dos Prefeitos.

Dando sequência, o Secretário Executivo informa que todos os próximos itens tratam de agenda futura, iniciando pela Oficina Técnica para definição do escopo para o Plano Diretor Regional (GT Planejamento Urbano), no dia 21/03. Será também realizada a 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil do Grande ABC, nos dias 14/03 às 18h (abertura) e 15/03 a partir das 8h, no Teatro Municipal de Mauá. Também haverá a realização da 2ª Oficina Técnica sobre Drenagem – dia 13/03, das 9h às 13h, no Consórcio, e a Oficina Técnica sobre o Plano Regional de Resíduos Sólidos, dia 20/03, das 9h às 13h, no Consórcio, envolvendo os técnicos da área de resíduos sólidos. Previstos também o 2º Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais, de 26 a 28 de março, em São Luis (MA), a reunião da Câmara Técnica de Educação da Região Metropolitana, dia 11/04, das 10h às 13h, no Consórcio. O Secretário lembra ainda sobre a reunião de logística reversa de óleos lubrificantes, em 11 de março e que faz parte da política regional de resíduos sólidos. Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente Lauro Michels Sobrinho deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -. Região do Grande ABC, em 10 de março de 2014. Prefeitos signatários, presentes na 48ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

FRANK AGUIAR
Vice Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 48ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.